CONGRESSO NACIONAL
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Segunda Sessão Legislativa Ordinária
Qüinquagésima Segunda Legislatura

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2004.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Havendo número regimental para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a quinta reunião ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes nas Pautas nº 1, 2, 3, 5, 7, 8 e 9, de 2004

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer uma reclamação. Já virou hábito nesta Comissão — isso ocorre desde o início deste ano — a falta de *quorum* para deliberação das matérias. Aliás, não por culpa da Oposição, que tem estado presente desde o início dos trabalhos. Hoje mesmo, às 9h55min, 6 Parlamentares do PFL já estavam neste plenário para discutir e votar os projetos da pauta.

Ontem o DIEESE divulgou a taxa de desemprego na cidade de São Paulo. Nós, do Partido da Frente Liberal, avisamos, no final do ano passado, que a política econômica implementada pelo Partido dos Trabalhadores vinha gerando brutal recessão, e isso continuaria em 2004. O índice de desemprego registrado para fevereiro situou-se em 19,8%, o pior desde a fundação do DIEESE. Portanto, a situação é grave.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que votará hoje, ou na próxima semana, o PPA e vota o Orçamento todos os anos, é muito importante para esse processo.

O desemprego decorre da péssima condução da política econômica por parte do Governo Lula: primeiro, na macroeconômica, pelo exagero do Presidente do Banco Central na condução da política de juros e, depois, na microeconômica, pela total falta de projetos para este País.

Não há projeto novo sendo implementado. Aliás, há, sim, o Projeto Primeiro Emprego, que, segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, gerou 1 emprego, mas, segundo o Ministro Guido Mantega, gerou 500. S.Exa. deveria saber que, além dos 500 gerados de forma espetacular, é preciso criar mais 1 milhão e meio apenas para atender à demanda de jovens que ingressam anualmente no mercado de trabalho.

Lembro que o Ministro Guido Mantega não veio à Comissão, conforme agendado. Preferiu S.Exa. conceder entrevistas à imprensa e, mais uma vez, tenta ganhar as manchetes de jornais com matérias falsas. Não há recursos no Orçamento para o tal reajuste que diz poder dar. Ele vai fazer como no ano passado, ou até pior. No ano passado, o aumento linear foi de 1%, com data retroativa a 1º de janeiro. Nossa dúvida é se este ano o aumento será maior, com data de 1º de maio, o que significa roubar o servidor público.

Aliás, quem anda criticando o Ministro Guido Mantega não é a Oposição — não temos nem esse crédito —, mas outro Ministro, o da Agricultura. Não posso nem repetir as palavras que S.Exa. usou a respeito do brilhante trabalho executado pelo Ministro Guido Mantega e por outros Ministros desde a posse do Presidente Lula.

Queremos cobrar do Governo Lula o início do espetáculo do crescimento prometido. O que temos visto, conforme disse o Senador Jorge Bornhausen, é o crescimento do espetáculo, mas, infelizmente, nos últimos 40 dias, foi um espetáculo nada agradável nem para o Governo, nem para a Nação.

Sr. Presidente, como não teremos condições de debater todo o PPA na manhã de hoje, sugiro que, em vez de discuti-lo e votá-lo, invertamos a pauta. A votação do PPA será demorada. O Relator vai fazer a leitura do relatório da primeira até a última frase. Isso levará 10, 12, 15 horas, o que certamente não temos condições de fazer numa quinta-feira. Poderíamos votar alguns requerimentos.

Constatei que o nobre Presidente da Comissão, Senador Gilberto Mestrinho, indeferiu, não sei por que motivo, o requerimento do Deputado Ricardo Barros. Era relevante convocar o Ministro José Dirceu para discutir com os Parlamentares desta Comissão, mas não vou de forma nenhuma

questionar a decisão de S.Exa. Poderíamos aprovar o requerimento do Deputado José Carlos Machado — quando o PT era Oposição só se fazia convocação — de que seja convidado o Ministro Antonio Palocci para discutir mudanças na metodologia do superávit primário, que, parece-me, seriam apresentadas brevemente com a LDO.

Então, Sr. Presidente, para que a Comissão não continue parada, o que já vem ocorrendo há algum tempo, repito, não por culpa da Oposição, que tem comparecido, mas dos Deputados da base, que, não sei por que motivo, não têm demonstrado interesse em votar o relatório — não sei por que há rejeição do Governo ao relatório de um Parlamentar da sua base —, proponho a inversão da pauta e comecemos pela votação do requerimento do Deputado José Carlos Machado de que seja convidado o Ministro Antonio Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Enquanto aguardarmos o *quorum* para que possamos deliberar, passo a palavra ao Deputado Bismarck Maia.

O SR. DEPUTADO BISMARCK MAIA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, registro também que não é por ausência dos Parlamentares do PSDB que deixará de ser apreciada a proposta do PPA, o que há muito tempo se faz necessário nesta Casa, nem por culpa da Oposição.

Sr. Presidente, aproveito este momento para manifestar minha preocupação com o crescimento do País. Todos os brasileiros reclamam da falta de crescimento econômico. Pior ainda: o que temos visto pontualmente, como disse o Deputado Rodrigo Maia, é o aumento do desemprego, fruto exatamente da falta de desenvolvimento econômico, até mesmo pela falta de investimentos públicos e privados: públicos, porque o Governo está parado, não consegue fazer a máquina funcionar; privado, porque aumenta cada vez mais a falta de credibilidade no Governo, o que faz gerar no investidor, principalmente o internacional, dúvidas quanto às leis brasileiras que regem os capitais de longo prazo.

Por outro lado, a falta de investimentos nos lembrar de que, quando discutíamos nesta Comissão a proposta orçamentária, os membros da atual Situação levantavam a questão de que a Oposição estaria atrapalhando a aprovação na medida em que, pela primeira vez, se teria, no ano seguinte, portanto em 2004, um Orçamento a ser executado a partir dos primeiros dias de janeiro e, conseqüentemente, durante o transcorrer do ano. Não é o que estamos vendo. Chegamos praticamente ao final de março, e até agora os investimentos aprovados, tão reclamados pela Situação durante os trabalhos e a posterior aprovação por esta Comissão no final do ano, não se concretizaram em nenhuma das áreas.

Vejam, por exemplo, Sras. e Srs. Deputados, a situação dos investimentos previstos no Orçamento para habitação e saneamento no meu Estado, o Ceará, que passa por dificuldades devido às chuvas que vêm caindo no Nordeste, praticamente em todo o Estado do Ceará, como não se tinha visto nos últimos 30 anos. Ouvimos várias promessas de membros do Governo, mas até agora não chegou lá nem um tostão sequer.

Resta-nos reclamar, porque os recursos não chegam lá. Temos inserido nas emendas da bancada do Estado do Ceará recursos para reconstrução das BRs. Esse papel caberia ao próprio Governo. Temos ajudado o Governo com recursos extras, com dotações extras, para tornar possível a recuperação dessas estradas, bem como recursos para habitação, principalmente para cidades com menos de 30 mil habitantes, localizadas em áreas de risco.

Embora prometidos, os recursos lá não chegaram, repito. Estamos aqui para cobrar do Governo o envio imediato desses recursos. E queremos chamar a atenção de todos para o fato de que esses recursos relacionados no Orçamento da União não chegam a nenhum dos Estados da Federação. Ontem, participamos de uma reunião da bancada do Estado do Ceará com o Ministro Aldo Rebelo. Saímos de lá, de certa forma, tristes, já que não houve por parte de S.Exa. nenhuma perspectiva de liberação dos recursos relativos a emendas de bancada que poderiam ajudar o Governo com investimentos, com crescimento, principalmente nas áreas mais atingidas pelas enchentes.

Portanto, Sr. Presidente, aguardamos a análise do PPA. Aproveitamos esta oportunidade para fazer essa reclamação sobre a falta de investimentos governamentais, diferentemente daquilo que foi prometido aqui, por ocasião da análise, pelos representantes do Governo a todos nós, membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de 2004.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, realmente o País vive uma crise difícil no Governo. Há total falta de sintonia, inclusive na área econômica, e vemos crescer o desemprego. O Presidente que assumiu o compromisso de inserir no mercado de trabalho mais de 10 milhões de brasileiros não consegue nem manter os empregos já existentes. Isso realmente tem causado apreensão muito grande em todo o País, inclusive com desestabilização na base de apoio do Governo nesta Casa. O que se vê são reuniões e mais reuniões da base governista criticando as ações do próprio Governo, que precisa retomar os investimentos e o crescimento econômico, mas não consegue.

Foi solicitada a vinda do Ministro do Planejamento, Guido Mantega. Contudo, S.Exa. não veio. Apresentou, sim, uma desculpa esfarrapada. Esta Comissão tem que insistir na vinda do Sr. Guido Mantega, como também do Sr. Palocci, para que possam explicar os rumos que esperam dar para a economia brasileira. A todo instante estamos a ver nos jornais divergências entre membros da área econômica do Governo: é o Ministro do Planejamento discordando do Presidente do BNDES; é o Ministro Palocci sendo contestado pela política econômica. Hoje, o Deputado Delfim Neto faz crítica muito dura à economia.

Esta Comissão tem o papel importante, Sr. Presidente, de convidar e fazer com que cheguem aqui esses representantes da área econômica do Governo, tanto o Sr. Mantega, quanto o Sr. Palocci. Queremos questioná-los sim. Eles terão a oportunidade de dizer ao País, através desta Comissão, que diretrizes a área econômica do Governo pretende estabelecer nesse período.

Portanto, solicito que seja reiterado o convite ao Ministro do Planejamento, como também seja votado o requerimento, que se encontra na Pauta nº 5, de convite ao Dr. Palocci para vir a esta Comissão. O País não pode ficar à mercê desses desencontros, que tanto têm prejudicado a vida do povo brasileiro.

Vemos o risco Brasil aumentar nesses últimos dias em função da turbulência política criada pela própria base governista. Não há sintonia entre os colaboradores e parceiros do Governo. Não consegue o Governo direcionar sua política de crescimento econômico, muito menos de investimentos. No Orçamento do ano passado, na área de investimentos, foram aplicados apenas 8%. Estamos a presenciar diversas calamidades públicas que não estão sendo atendidas pelo atual Governo, como as fortes chuvas que caíram no Nordeste. As estradas estão todas danificadas. Os Governadores nordestinos fizeram um acordo com o Governo Federal para antecipar a CIDE e recuperar as estradas. A programação foi apresentada ao Governo Federal, mas os recursos não foram liberados. Não temos conhecimento da data da liberação desses recursos para recuperação das estradas. Eles estão nos cofres do Governo Federal — recursos da CIDE —, já somam mais de 15 bilhões de reais e precisam ser aplicados para solucionar questões emergenciais, a fim de não trazer mais prejuízos à nossa economia, que a cada dia piora.

Esta Comissão tem de exigir a presença desses representantes do Governo aqui. Eles têm que dizer à população brasileira o porquê de não tomarem decisões importantes e necessárias para solucionar questões emergenciais, que precisam ser equacionadas o quanto antes.

Portanto, Sr. Presidente, reitero a vinda do Ministro do Planejamento, Sr. Guido Mantega, e a votação do requerimento para a vinda do Ministro da Fazenda, Sr. Antonio Palocci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Goldman) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Eduardo Sciarra, informo que a participação do Ministro Mantega, a não ser que haja alguma discordância da Comissão, foi adiada para o dia 13 de abril. S.Exa. tinha proposto uma data na Semana Santa. Achamos conveniente que não fosse nesse período, porque talvez o *quorum* fosse diminuto. Ficou para o dia 13 de abril, terça-feira, às 15h. Não havendo ninguém contra essa proposta, é o que acordaremos com o Ministro Guido Mantega.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, se for no dia 13, às 15h, vai ocorrer aquele problema de termos de suspender a reunião devido ao início da Ordem do Dia no plenário. Aí ficarão prejudicados os questionamentos ao Sr. Ministro. Talvez fosse mais proveitoso para esta

Comissão e para todos nós que fosse pela manhã, porque teríamos mais tempo para questionar S.Exa. e não precisaríamos suspender a reunião por causa da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Goldman) - Na terça-feira, pela manhã, é difícil a presença aqui. É o que temos visto. Podemos pedir ao Ministro que a reunião se inicie às 14h. Não havendo votação na Comissão, sessão deliberativa da Comissão, mesmo que tenhamos interromper eventualmente para a votação, não haveria prejuízo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - No momento em que se inicia a Ordem do Dia, temos que suspender. Não podemos revezar. Iniciada a Ordem do Dia, temos que suspender a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Goldman) - A Ordem do Dia nunca começou antes das 6h da tarde, antes da 5h30min na terça-feira. Vamos iniciar mais cedo, às 14h. Pela manhã seria muito difícil.

Com a palavra o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, é lamentável que mais uma vez a base do Governo não consiga obter *quorum* para reunião deliberativa da Comissão de Orçamento. Com certeza, a paralisia do Governo Federal afeta o Congresso Nacional, pois assuntos importantes para o País que deveriam ser aqui discutidos e votados estão sendo postergados. O Governo tem realizado muitas reuniões e muitos jantares. Isso tem comprometido o andamento dos nossos trabalhos aqui.

Lamentamos que o Ministro Mantega não tenha vindo nessa semana. Marcou para o dia 13, daqui a três semanas, o que mostra talvez a pressa do Governo no tratamento da questão. A Oposição está aqui, quer trabalhar, mas só tem a lamentar. Mais uma vez, além da crise econômica, a crise política paralisa o Governo e o Congresso Nacional.

Ontem, por desavenças internas, o próprio Governo não votou a Medida Provisória dos Bingos. Mais uma vez o Congresso Nacional ficou esvaziado. Aguardamos aqui a possibilidade de continuar nossos trabalhos. Hoje, mais uma vez, não vamos ter *quorum* para deliberar sobre o PPA. Os prazos ficam cada vez mais exíguos. Ficamos, como toda a população brasileira, com a impressão de que o Governo está totalmente paralisado. Tal situação traz conseqüências muito graves para o nosso País.

Queremos também nos somar aos que aqui propuseram a apreciação de outros assuntos que não o PPA, por falta de *quorum* necessário para deliberação. Poderíamos também votar requerimentos, como aquele de convite ao Ministro Palocci para vir a esta Comissão. Seria importante ouvi-lo sobre a grave crise que atravessa a área econômica do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Goldman.) - Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ontem, na tribuna da Câmara dos Deputados, tive a oportunidade de afirmar minha estranheza pela ausência do Ministro Guido Mantega para prestar esclarecimentos a respeito do decreto de contingenciamento. A ausência de S.Exa., a meu ver, não contribui absolutamente em nada para a boa relação do Parlamento com o Executivo.

O contingenciamento feito no Orçamento de 2004 é a negação de tudo aquilo que dizia o Ministro Guido Mantega, o Relator do Orçamento de 2004, Deputado Jorge Bittar, e o Governo como um todo, exatamente o fato de não haver o contingenciamento. Pois bem, o contingenciamento de fevereiro, orçado em 6 bilhões de reais, é a negação daquilo que pregava o Governo. Um Orçamento magro, realista e, portanto, executável. Sabemos que isso não vai acontecer. Lamento profundamente.

Além do compromisso assumido pelo Ministro Guido Mantega verbalmente nesta Comissão, teríamos outras questões graves a discutir com S.Exa., como, por exemplo, a redução da expectativa da receita da COFINS importação e do PIS importação; o aumento substancial da COFINS nos combustíveis, internamente. São essas questões, aliadas ao pagamento de sentenças judiciais dos aposentados e ao aumento do salário mínimo. E, afinal, qual será o salário mínimo que o Governo pretende conceder aos trabalhadores, aposentados e pensionistas da Previdência Social?

Deputado Virgílio Guimarães, V.Exa., na qualidade de Líder do Governo nesta Comissão, precisa urgentemente levar essas questões para o Executivo. E o mais importante: que elas sejam respondidas. Não é possível um Ministro dizer que vem e, no dia da reunião, desmarcar. S.Exa. frustrou as expectativas dos Parlamentares.

Não podemos aceitar esse tipo de tratamento por parte do Executivo. É um descaso para com o Congresso Nacional. É inadmissível esse tipo de conduta por parte dos Ministros do Governo. No ano passado, foram gentis, pois aceitaram os convites que nós, também da Oposição, gentilmente fizemos, ao contrário do PT, que, quando era Oposição, como bem lembrou o Deputado Rodrigo Maia, fazia convocação.

Em 2003, vieram dar as explicações necessárias. Às vezes, não convenciam, como no caso do Ministro Mantega, que aqui disse que não aumentaria a CIDE. De fato, isso não ocorreu, mas aumentou 2 vezes mais a COFINS nos combustíveis, exatamente para evitar a partilha com Estados e Municípios.

Agora, recebo, Srs. Deputados e Srs. Senadores, uma agenda para o exercício de 2004, do Ministério da Saúde, da Fundação Nacional de Saúde. É um cronograma de atendimento a convênios e instrumentos congêneres, que vai levar a assinatura dos convênios, pasmem Srs. Senadores, Srs. Deputados, para o dia 31 de outubro de 2004. Ora, a base aliada, cuja maioria não está presente, esperava que esses convênios fossem realizados agora, em março ou abril, mesmo porque é um ano eleitoral. Durante esse período, as eleições municipais proíbem a assinatura dos convênios a partir de 30 de junho.

A base governista, que aguardava a assinatura, o empenho e a liberação desses convênios antes de 30 de junho, a meu ver, foi enganada. Essa agenda, que está no *site* do Ministério da Saúde, determina: recebimento de pré-projeto em 15 de maio de 2004; análise e comunicação de pré-projeto em 18 de junho de 2004; recebimento de projeto em 13 de agosto de 2004; análise de projeto em 30 de setembro de 2004; celebração de convênio em 31 de outubro de 2004.

Sr. Presidente, o bonde precisa voltar aos trilhos. O Governo está ziguezagueando. O Governo está sem comando. Não há comando no Executivo nem no Legislativo. Por isso, ouve-se tanto "disse me disse", ou o tal do "fogo amigo". Não há orientação firme e segura para que o País possa encontrar o caminho da redenção, com a redução do desemprego e o crescimento da produção industrial e agrícola.

Entendemos que se faz necessária uma condução flexibilizada da economia, e não essa política monetarista ultra-ortodoxa realizada pelo Presidente do Banco Central.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, da maneira que vai o País, em breve teremos o caos. Li na *Folha de S.Paulo* declaração do Deputado Alberto Goldman sobre a área metropolitana de São Paulo, onde o índice de desempregados chegou a 19,8%. É cruel a situação. Desde 1985, quando se começou a apurar o nível de desemprego no País, nunca houve, no mês de fevereiro, percentual tão elevado.

Portanto, precisamos de comando, de orientação firme e segura para que o País possa novamente encontrar o rumo do desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alberto Goldman) - Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Srs. Congressistas, inicialmente, vou referir-me ao pertinente aspecto levantado pelo Deputado Pauderney Avelino. Vou também solicitar ao Ministério mudança da data, porque 31 de outubro cairá num domingo, data em que haverá o segundo turno da eleição. Parece-me que S.Exa. tem razão nesse caso.

Quanto à prorrogação, quero explicar a intenção do Governo ao estabelecer esses limites de data. Em ano de eleições, a lei eleitoral impede que, após 30 de junho, haja celebração de convênios. Pela primeira vez, a intenção do Governo é fazer com que as emendas individuais sejam executadas a partir de agora. Ocorre que, em sua grande maioria, tais emendas remetem a convênios com Municípios. Dessa forma, se os projetos recebidos já estão prontos, celebramos os convênios. É uma inovação, uma conquista para os Municípios e para esta Casa.

Não há intenção por parte do Governo de inviabilizar os recursos provenientes de projetos que porventura não tenham recebido aprovação até 30 de junho, portanto, sem convênios

realizados. Por isso, foi estabelecida uma data-limite para depois das eleições. Ao se estabelecer a data de 31 de outubro, parece-me que se levou em consideração a eleição em turno único. Logo, alguns Municípios, onde poderá ocorrer eleição em 2 turnos, poderão ficar prejudicados, porque 31 de outubro é a data, se houver, do segundo turno das eleições.

A observação do Deputado Pauderney Avelino é pertinente, e concordo em que haja nova análise do cronograma. Talvez fosse o caso de incluir uma recomendação no sentido de que a realização dos convênios não se dê caso haja algum tipo de problema como, por exemplo, inadimplência do Município ou algo semelhante.

O Governo se empenhará para realizar todos os convênios até 30 de junho. Essa é a meta. A data posterior será uma espécie de rede estendida embaixo do trapézio. Aquele que porventura cair do trapézio será salvo pela rede. Logo, a observação feita pelo Deputado Pauderney Avelino é pertinente.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero dizer que estamos em condições de apreciar e votar os assuntos apresentados. Discutimos exaustivamente o PPA desde a ocasião em que o Relator era o nobre Senador Saturnino Braga. Muitas das críticas feitas àquela época foram incorporadas ao relatório pelo novo Relator. Tenho certeza de que os pontos não acolhidos pelo Senador Sibá Machado são polêmicos. Portanto, receberão críticas e terão oportunidade de defesa.

Acredito que, se não fosse o superávit primário, estaríamos votando o PPA sem problema. No entanto, o Senador Sibá Machado contempla muitas preocupações em relação à maneira como foi apresentado o superávit primário. Pode ser da maneira que cada um pensa, mas a preocupação está embutida. Por isso, S.Exa. estabeleceu três aspectos fundamentais a respeito do superávit primário.

Primeiro, incorpora a idéia do cálculo plurianual para viabilizar uma política anticíclica, de maneira que não haverá verificação a cada instante do nível de superávit primário, mas a possibilidade de estabelecer políticas anticíclicas, podendo inclusive incorporar necessidades de investimentos maiores em determinado ano.

O segundo aspecto fundamental é tema atualmente constante da pauta de todos países-membros cotistas do Fundo Monetário Internacional: o novo critério de cálculo do superávit primário. É um nível elevado, porém com critério. Atualmente, independentemente de os critérios terem sido ou não incorporados pelo FMI, o Brasil já os pratica no que se refere a investimentos produtivos e sustentáveis na área de saneamento. O Brasil, agora com apoio da Argentina e, tenho certeza, de outros países, deseja que tais critérios sejam adotados em todo o mundo. É uma inovação, e não podemos negá-la ao mundo.

Imaginem se o Brasil recuasse, se o Brasil, por meio desta Comissão, abandonasse essa proposta que vem sendo apoiada por todos os países em desenvolvimento. Esta Comissão cerraria fileiras com os países mais atrasados do Fundo Monetário Internacional? Esta Comissão derrubaria a hipótese de mudança de critério de apropriação do superávit primário? Será que esta Comissão deseja tornar-se o último bastião do pensamento retrógrado, neoliberal, monetarista, pensamento que o próprio Fundo Monetário Internacional tenta superar? Não acredito. As modificações adotadas pelo Senador Sibá Machado parecem-me adequadas e vão ao encontro daquilo que todos queremos: mais investimentos.

Em terceiro lugar, o Senador Sibá acolheu sugestões desta Casa, que sempre lutou pela incorporação no texto da lei da revisão anual do Plano Plurianual.

Até agora, as revisões dependiam de iniciativa do Poder Executivo, que poderia, inclusive, diante de alguma emenda incômoda, retirar a mensagem, como já aconteceu no passado. Mensagens foram retiradas porque se percebia inviabilidade política. À medida que a mensagem era retirada, derrubava-se o que a Oposição tinha força para aprovar e que se tornaria vontade da Casa a partir do momento que obtivesse aprovação da maioria.

O texto do Senador Sibá Machado incorpora essa terceira inovação e propõe a revisão anual obrigatória e, portanto, independente da vontade do Poder Executivo. Se o Executivo não a fizer, esta Casa pode ter a iniciativa.

Portanto, o superávit primário ganhou 3 inovações importantes: primeiro, cálculo plurianual, comportando a política anticíclica e a variação no ano, de acordo com os interesses

soberanos do País; segundo, um novo critério, incorporando, no cálculo do superávit primário, os investimentos sustentáveis em alguns segmentos — hoje no saneamento, amanhã nas estatais, e, depois de amanhã, espero que esta Casa colabore para ampliar os conceitos; e, terceiro, a revisão anual. O valor atual poderá não ser o mesmo a partir da revisão que faremos em 2004 se o Brasil tiver condições de anunciar ao mundo. Não há sentido em provocarmos de imediato um problema de credibilidade por afoiteza desta Casa.

Portanto, creio que o PPA já foi bastante discutido, assim como também os requerimentos. Nunca seria contra alguma convocação pertinente a esta Comissão. Em que pese termos presença física pouco reduzida, embora a presença na Casa seja significativa, sugiro que votemos, na seqüência, todas as questões, mesmo que seja em globo. Não vejo dificuldades para aprovar todas as questões.

Faço um apelo ao nosso Líder, Senador Fernando Bezerra, para que votemos. Aproveito a presença de S.Exa., que está empenhado em resolver as questões pendentes, e faço menção muito particular às cidades do Rio de Janeiro e de Curitiba, assim como Belo Horizonte, Deputado Rodrigo Maia. Não abrirei mão de lutar por Belo Horizonte. É necessário votar todas as questões apresentadas na Ordem do Dia desta manhã.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, quero deixar claro a esta Comissão que não há pendência do Governo com a Prefeitura do Rio de Janeiro. O PFL faz o obstrução e cobra o *quorum*, pois se trata de direito regimental da Oposição. Cabe ao Governo garantir o *quorum* nesta Casa. O Deputado Virgílio Guimarães ligou para o Secretário Municipal de Fazenda. Pedi-lhe que agradecesse o empenho, mas não temos qualquer tipo de pendência no Ministério da Fazenda nem em nenhum outro órgão do Governo Federal. Sabemos das dificuldades por que passa o Presidente Lula, em decorrência falta de capacidade de gerenciamento de sua equipe. Daqui a um ano, quando o Governo começar a funcionar, voltaremos a realizar os pleitos da Prefeitura do Rio de Janeiro de forma correta.

Entendemos que o Governo não tem capacidade nem quadros técnicos para atender às demandas da cidade do Rio de Janeiro, assim como às de todo o País, fato ontem comprovado com a apresentação do índice de desemprego na cidade de São Paulo.

Portanto, Sr. Presidente, peço que se vote o requerimento de inversão da Pauta nº 5, item 1 — convite ao Ministro Antonio Palocci —, a fim de que este Plenário delibere sobre sua convocação, para que S.Exa. venha explicar o superávit primário do Brasil para os próximos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Ordem do Dia. Apreciação do relatório ao projeto de lei da Pauta nº 1.

Há proposta do Deputado Rodrigo Maia de inversão de pauta. No lugar de apreciarmos a Pauta nº 1, apreciaríamos a nº 5, que trata exatamente do convite ao Ministro da Fazenda, Dr. Antonio Palocci, para audiência nesta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre como pretende implantar um superávit variável, sem, contudo, aumentá-lo ou reduzi-lo.

Em votação o pedido de inversão de preferência.

Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Se o que se pretende votar é um convite ao Ministro, estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a inversão permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada a inversão de pauta.

Portanto, submeto à discussão o Requerimento nº 2, de 2004, do Deputado José Carlos Machado, de vinda do Ministro Antonio Palocci a esta Comissão.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O requerimento é um pouco simplório: comparecer *"para prestar esclarecimentos sobre como pretende implantar um superávit variável sem, contudo, aumentar ou reduzir o mesmo"*.

Sinceramente, fiquei um pouco confuso em relação ao texto.

O Deputado Machado não está presente nesta reunião...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Deputado Alberto Goldman, o Deputado Machado formulou esse requerimento exatamente para que o Ministro possa esclarecer notícias veiculadas pela imprensa que não estão claras nem para o Parlamento nem para a sociedade brasileira.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Exatamente. Se o superávit é variável, como será *"sem aumentar ou reduzir o mesmo"*? Se for assim, ele não é variável.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Essa frase foi veiculada pela imprensa. Essa certamente é a dúvida do Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Vindo de figuras do Governo, acredito que tudo seja possível, porque ultimamente temos ouvido frases fantásticas, antológicas, que ficarão marcadas parte em nossa história, parte em nosso anedotário.

É evidente que a presença do Ministro Antonio Palocci poderá dar-nos elementos de discussão para outras matérias. Não discutiríamos apenas o superávit. Poderíamos ter outra visão de política econômica, como está o espetáculo do crescimento, enfim, seria interessante. Por isso, minha postura é favorável a esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Tem a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, fui totalmente favorável à inversão de pauta. Também sou a favor desse requerimento de vinda do Ministro a esta Comissão para falar sobre aspectos que dizem respeito a sua Pasta, não somente ao superávit, e a questionamentos, principalmente nos últimos dias, sobre o comando da economia, ou seja, a sua ortodoxia econômica. Portanto, a sua vinda a esta Comissão será importante. Acredito que prestaremos um grande serviço ao Parlamento e ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, que nos honra com a sua presença nesta Comissão.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, quero manifestar meu voto favorável à vinda do Ministro Palocci.

O Governo quer discutir suas políticas de forma democrática e aberta. Entendo como relevante e importante para esta Casa a vinda do Ministro. Por isso, manifesto-me favoravelmente ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Não havendo mais quem queira discutir, vou submeter à votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

Vou submeter à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se acham. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, sugiro votarmos outros itens da pauta. É óbvio que o PPA é muito importante para o País, mas não pode ser deliberado com poucos Parlamentares no recinto. Se o Governo tiver interesse em aprovar algum outro item da pauta, poderemos abrir a discussão e fazer um acordo, porque votar o PPA com esse *quorum* será um demérito tanto para a Comissão, quanto para os Parlamentares que dela fazem parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Item nº 1 da pauta.

Apreciação do relatório ao Projeto de Lei nº 30, de 2003, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007. Relator da redação do vencido, Senador Sibá Machado. Foram apresentadas 2.423 emendas. Voto favorável nos termos do substitutivo apresentado.

O Relator apresentou 3 erratas: a Errata nº 1 foi distribuída no dia 2 de março; a Errata nº 2, no dia 8 de março; e a Errata nº 3, no dia 12 de março.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Sr. Presidente, formulei questão em relação ao PPA. Com esse *quorum* não dá para votar. Se houver interesse do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Rodrigo Maia, entendi que V.Exa. teria sugerido o início da discussão.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Não, eu disse que não há condição nem de discutirmos nem de votarmos o PPA. Se o Governo, pela visível falta de *quorum*, tiver interesse em aprovar outros itens da pauta, o PFL estará à disposição para discutir.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Sr. Presidente, quero fazer um esclarecimento. A discussão do PPA já está encerrada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Não foi iniciada a discussão da redação do vencido, Deputado Virgílio Guimarães. Houve a votação do substitutivo do Relator anterior, Senador Saturnino Braga. Portanto, temos um novo relatório do vencido, que não foi lido. Por isso, não foi iniciada a discussão.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - Desculpe-me pela insistência, mas creio que a discussão da matéria é feita em globo, sobre a matéria e sobre todas as emendas.

Já votamos o PPA. Foi nomeado um novo Relator, que foi derrotado. Creio que a discussão esteja encerrada.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - E o novo relatório?

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES - O novo relatório não reabre a discussão da matéria. Pode haver encaminhamentos a respeito da votação do relatório do vencido, mas creio que a discussão da matéria esteja encerrada.

É a questão que submeto a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Deputado Virgílio Guimarães, esta Presidência reafirma ao Plenário e a V.Exa. que temos um novo relatório, o do vencido. Portanto, reabre a discussão, há prazos de destaques, destaques para texto, enfim, haverá todo um processo, como regimentalmente seria no caso do primeiro relatório.

Com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, apelo para o Deputado Rodrigo Maia para que façamos pelo menos a leitura do relatório. Posteriormente, discutiremos a matéria. Queremos demonstrar nossa produção. Houve inversão de pauta. Aprovamos requerimento importante. Por isso, apelo para que pelo menos seja lido o relatório. A discussão ficaria para outra oportunidade.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Peço desculpas ao Deputado José Rocha, mas não me sinto na obrigação de colocar *quorum* neste plenário, apesar de o PFL ter colocado *quorum* em todas as reuniões convocadas pelo Presidente da Comissão. A responsabilidade pelo *quorum* não é da Oposição. O Governo tem maioria absoluta. Cabe a ele demonstrar interesse na aprovação do relatório do Senador. À Oposição cabe cobrar o cumprimento do Regimento.

Se o Presidente quiser inverter a pauta para apreciar algum item de interesse do Governo, já que aprovamos um requerimento anteriormente, estaremos dispostos a discuti-lo e, se houver acordo, a votá-lo.

Agora, nem a leitura, nem a discussão, nem a votação do PPA serão feitas sem que o Governo coloque o *quorum* necessário na Comissão Mista de Orçamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Deputado Rodrigo Maia, a leitura do vencido não é questão de governo, ou de oposição, mas da Comissão. Invertemos a pauta usando esse mesmo *quorum*. Acredito que poderíamos avançar na leitura e exigir *quorum* para a discussão.

Se o Deputado Rodrigo Maia assim entende...

O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA - Na terceira insistência, sairei do plenário para não atendê-lo. Por isso, peço ao Presidente que encerre a reunião, já que não há *quorum* para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Antes vou conceder a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Sr. Presidente, embora já haja decisão tomada, apesar de compreender a consideração do Deputado, volto a fazer um apelo, pois a leitura

propiciaria um tempo, porque seria distribuído o relatório, e poderíamos obter o *quorum* qualificado para a discussão. Creio que se trata de mera formalização. De certa forma, a Comissão estaria produzindo algo que todos esperam seja concluído. Assumo o compromisso de atingir o *quorum* necessário, para que possamos avançar nessa questão. Não vejo nada de negativo se procedermos à leitura do novo relatório do Senador Sibá Machado, uma vez que ele seria distribuído, e todos teríamos condições de analisá-lo em profundidade. Na próxima reunião, daremos o *quorum* para a discussão.

É a minha sugestão, com todo o respeito à posição do Deputado Rodrigo Maia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Alberto Goldman.

O SR. DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN - Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que o discurso do Deputado Virgílio Guimarães demonstra que nós, da Oposição, não podemos abrir mão de nada. Se o Depurado tivesse base regimental agora teria passado como um trator em cima da gente, porque o que S.Exa. propôs foi simplesmente não discutir o relatório que seria apresentado. Há um novo relatório, foi derrotado o relatório do Senador Saturnino. Evidentemente, novos parâmetros de superávit foram utilizados, o que exige nova discussão da matéria. E o Deputado Virgílio Guimarães não queria discutir esse relatório.

De hoje em diante, vou fazer cumprir o Regimento na sua integralidade. Não é possível que, no momento em que abrimos mão de alguma coisa, a base do Governo aceite com toda a simplicidade. Quando queremos discutir uma matéria, querem usar o Regimento e, se puderem, vão usá-lo, e se o Regimento nos "tratorar", vão nos "tratorar", como tem feito no plenário, inclusive. No plenário da Câmara dos Deputados, vota-se matéria à 1h da manhã, às 2h da manhã, emendas constitucionais de enorme importância para o País, sem que tenhamos sequer conhecimento do seu teor, porque há base regimental. Havendo base regimental, passam como um trator em cima da gente. Então, quando tivermos base regimental, não vamos permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Quero dizer a V.Exa., Deputado Alberto Goldman, que é dever de cada Parlamentar cumprir rigorosamente o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, como também desta Mesa, que não abre mão dessa prerrogativa.

Com a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. SENADOR FERNANDO BEZERRA - Quero dizer ao nobre Deputado Alberto Goldman que o Governo tem interesse em discutir a matéria. Quando propusemos a leitura, era apenas uma forma de avançarmos, porque teríamos tempo para nos aprofundar na discussão, conhecer o conteúdo do relatório, que acontecerá posteriormente.

Creio que não foi intenção do Deputado Virgílio Guimarães atropelar ninguém. Houve uma interpretação equivocada da parte de S.Exa. sobre o Regimento.

Quero dizer, em nome do Governo, que o nosso interesse é discutir bastante o relatório a ser apresentado pelo Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é o meu quinto ano consecutivo nesta Comissão. Posso afirmar que sempre houve negociações e diálogo entre as bancadas de oposição e situação, independentemente de quem estivesse no Governo.

Raras vezes o Regimento deixou de ser cumprido. Isso aconteceu em função de acordos de Lideranças e de bancadas, para avançar em algum processo.

O Deputado Virgílio Guimarães, na afoiteza de ver lido e aprovado este relatório, pode ter interpretado o Regimento de forma pessoal, mas não foi a interpretação da bancada do PT nem do Governo.

Nesse sentido, pelo diálogo que sempre tivemos, faço um apelo no sentido de que — é lógico que o Regimento será cumprido — façamos a leitura do texto para passarmos aos debates, sugestões de emenda ou de substitutivo etc.

Que o bom relacionamento existente nesta Comissão seja mantido. Lembro até que poucas foram as vezes que tivemos pedido de verificação de *quorum* nesta Comissão. Lembro-me de que,

em sessões do Congresso sobre a questão orçamentário, não houve *quorum*. O Orçamento sempre foi votado em função de acordo.

Em nome desse bom diálogo e desse relacionamento, apelo para as Lideranças do PSDB e PFL: façamos a leitura, para, a partir daí, cumprir todo o processo de debate regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pauderney Avelino) - Não havendo mais oradores inscritos, em função do pedido de encerramento da reunião pelo Deputado Rodrigo Maia e pela nítida ausência de Parlamentares no plenário, vou encerrar os trabalhos e convoco a próxima para o dia 30, terça-feira, às 14h30min.

Está encerrada a reunião.